

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quíelise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Forte
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quíelise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

RESOLUÇÃO:

RESOLUÇÃO N.º 43-73

DATA: 5 de outubro de 1.973.

SÚMULA: Aprova Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os Órgãos que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios e Acordo celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos a seguir especificados:

a) Campanha Nacional de Educação dos Cegos, do Ministério da Educação e Cultura em 21-7-72, na cidade de São Paulo, para aplicação de recursos em despesas de custeio no desenvolvimento das atividades do Setor de Educação dos Deficientes Visuais;

b) Ministério da Educação e Cultura, em 29-9-72, na cidade de Brasília, para aplicação de recursos de Salário Educação, instituído pela Lei n.º 440, de 17 de outubro de 1.964, em projetos e atividades constantes do Plano de Aplicação elaborado de acordo com as diretrizes do D.E.F.;

c) Departamento Regional do SENAI, no Paraná, termo de Acordo, em 10-72, objetivando estabelecer Planos Cooperativos de Educação Supletiva, como especifica;

d) Ministério de Educação e Cultura — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 3-11-72, na cidade de Curitiba, objetivando a prestação de assistência técnica pelo I.N.P.S., na elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisas educacionais;

e) Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, do Município de Capanema, em 8-11-72, em Curitiba, com a finalidade de construir na cidade de Capanema, um prédio com dois pavimentos, estrutura, pista, e praça de esportes, destinada à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º Grau, nos moldes da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1.971;

f) Prefeitura Municipal de Curitiba, em 1.972, objetivando a construção de vestiários e sanitários, quadras de Basquete, Futebol de Salão, Voleibol, Handebol, Sala de Ginástica e Jogos de Salão, Sala para guarda de Material de reparo do Campo de Futebol, nas praças esportivas que especifica; e,

g) Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro, em 1.972, visando à execução do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários a melhor rendimento escolar.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "19 de Dezembro", em 5 de outubro de 1.973.

JOÃO MANSUR — Presidente

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 212.ª Sessão Ordinária

Realizada em 31 de outubro de 1973 — (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Fêlio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Irondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Thomazoni, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Quilse Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Emílio Carazzai, Gabriel Ma- oel, Haroldo Bianchi, Ivo Rocha, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Olo- o Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Wilson Brandão, Ivaro Dias e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Santos Lima, Domicio Scaramella, João Fadel, Lázaro Dumont, Rosário Pili- li e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência a consagração em Ata, m voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido a 26 do corrente, do senhor Moraci Carlos Farah, vítima de lamentável acidente automobilístico.

Natural de União da Vitória, onde nasceu a 24 de agosto de 1942, o ex-nto era pessoa de grande prestígio nos meios industriais e sociais daquela muna, causando seu desaparecimento, uma profunda lacuna.

Por último, requer o signatário, seja da manifestação do Plenário, co-urricado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1973

(a) Luiz Roberto Soares

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regi-entais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exce-ntíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., Doutor onso Alves de Camargo Netto, solicitando a instalação de uma agência do -ferido estabelecimento na cidade de Joaquim Távora.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1973.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

É de nosso conhecimento que o Banco do Estado do Paraná S.A., con-

forme diretrizes de sua conceituada Diretoria, pretende abrir algumas agên-cias no interior do Estado para atender os interesses do povo paranaense e do próprio Estado, evitando-se, também, com isso o congestionamento de certas agências.

O fato de estar Joaquim Távora, que conta com cerca de 190 estabeleci-mentos comerciais e 20 indústrias e que tem como principais fontes produ-toras: café, feijão, milho, arroz e a agropecuária, localizada no centro do Norte Pioneiro, fazendo divisas e fáceis conexões com diversos Municípios que não contam com agência do BANESTADO, justifica nosso Requerimento.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições Regimen-tais requer, após a anuência dos demais Senhores Deputados do Movimen-to Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional o envio de ex-pediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Engenheiro Emí-lio Gomes, solicitando de Sua Excelência a concessão do 13.º salário para todos os servidores públicos estaduais lotados nos 3 Poderes.

Como se sabe, com a aproximação do fim de ano, os gastos normalmen-te efetuados pelos pais de família sofrem considerável acréscimo. As despesas se elevam, estrangulando ainda mais o orçamento do lar.

Em relação especialmente ao funcionalismo público, a classe vem sen-do sacrificada, a cada ano, com os baixos salários percebidos. Seus vencimen-tos estão muito longe de acompanhar a verdadeira elevação do custo de vida. As próprias autoridades do Governo do Estado reconhecem que verda-deiramente esta laboriosa e tão importante classe vem tendo seus rendimen-tos desatualizados com a realidade econômica do País. Mas como justifica-tiva a situação do Paraná, que atravessou momentos difíceis, foi um ponto re-conhecido pelos próprios servidores.

No entanto, estando o nosso Estado se reequilibrando em suas finanças, seria oportuna a concessão do 13.º salário aqui reivindicado. Este benefício viria proporcionar uma indistigável alegria para milhares de servidores, a maioria pais de família, poderiam reviver neste natal os momentos festivos próprios da ocasião. Outros governos estaduais já adotaram esta providên-cia, como é o caso da Bahia, onde os servidores serão contemplados com o benefício já a partir deste ano.

No Paraná, ainda que seja medida de sacrifício para o Governo do Es-tado, a adoção do 13.º salário para todos os servidores públicos estaduais, será a maior homenagem do Governo a uma classe cujo valor até agora não foi devidamente reconhecido.

Palácio 19 de Dezembro, 31-10-1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regi-mentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Emílio Gomes, formu-lando veemente apelo pelo sentido de que sejam tomadas as necessárias pro-vidências, para que sejam incorporados aos proventos da inatividade do Pes-soal do Departamento de Rendas Internas (D.R.I.), as cotas e demais van-tagens atribuídas a título de prêmio de produtividade, conforme expressa-mente determina a Lei 6.212, de 9 de agosto de 1971.

Considerando que inúmeros funcionários já foram aposentados sem os referidos benefícios, acreditamos no elevado espírito de justiça e na grande sensibilidade do Senhor Governador do Estado, com relação aos servidores do mencionado Departamento, onde, certamente, tomará as providências que o caso exige, para corrigir esta distorção com relação àquela laboriosa clas-se funcional.

Acrescente-se, que tal benefício e que pelo presente solicitamos que seja incorporado aos proventos da inatividade do Departamento aludido, abrange os setores de fiscalização, arrecadação de tributos e orientação dos contri-buintes.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1973.

(a) Nelson Buffara

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 258-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer o seguro de todos os seus veículos, destinados ao transporte de titulares ou funcionários dos respectivos órgãos a que pertençam, inclusive, de risco contra terceiros.

Art. 2.º — O seguro de que trata o artigo anterior será efetivado com as diversas companhias especializadas mediante concorrência pública.

Art. 3.º — A Secretaria de Estado dos Negócios do Governo regulamen-tará a presente Lei dentro de noventa (90) dias.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-gadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.973.

(a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

O crescente número de acidentes com os veículos pertencentes ao Es-tado, destinado a transportar os titulares ou funcionários dos respectivos órgãos a que pertençam, faz com que tomemos a iniciativa da apresentação deste Plano de Lei, que se traduz em última análise, em uma medida neces-sária e acauteladora dos interesses públicos.

Não resta a menor dúvida que o fato de tais veículos se acharem segu-rados, virá trazer ao Estado grandes benefícios pois, ver, este grande eco-nomia em não ter que pagar os valores referentes às indenizações respec-tivas, que totalizam uma enorme soma em dinheiro, além de trazer, também, grande comodidade, quer na esfera administrativa, quer na esfera do judi-ciário.

Em face das razões expedidas, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoioamento e final aprovação.

Projeto de Lei n.º 259-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador Luiz Silva e Albuquerque.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

A pessoa que se pretende homenagear, está no Paraná há 40 anos. Exerceu o jornalismo, o magistério e atualmente a magistratura. Como Juiz, teve oportunidade de realizar atividades sociais e de benemerência, em várias cidades de nosso Estado. Fundou entidades educativas e assistenciais, destacando-se a Associação dos Pais Cristãos de Itatí, que ainda hoje realiza enormes benefícios à população.

Dirigente esportivo, preside no Paraná as atividades dessa escola de civismo e formação moral da juventude há mais de 8 anos, realizando uma administração notável, construindo sede, campo de adestramento. Com espírito de comunidade, tem iniciado inúmeros movimentos, visando sempre o bem comum, tendo também se destacado como Juiz de Menores, realizando uma grande obra. O seu amor ao Paraná, tem demonstrado em todas as suas atividades que, aliados à justeza de princípios e a sua integridade como Juiz, o fazem merecer desta honra, de pertencer ao rol dos cidadãos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença em Plenário do Sr. André Jedrzej Giertych, historiador e escritor polonês radicado em Londres que ora se acha em visita ao País.

Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "É forçoso confessar-se que o cronista social, quando surgiu na imprensa, não foi de pronto compreendido. Pensava-se que ele era um repórter disposto a explorar a vaidade humana escrevendo frivolidades sem nenhum objetivo. Mais tarde, no entanto, ele se iria firmar e as suas secções conseguiriam se impor definitivamente, quando ele, o cronista social, mostrava que sua missão ia muito além de descrever festas ou detalhar indumentárias, desempenhando relevante papel de relação humana, aproximando grupos dentro de uma mesma sociedade, e até mesmo de cidades distantes, chegando alguns, porque dispõe de órgãos de grande penetração, a aproximar e relacionar homens de negócios de dois Estados, logrando provocar com isto o interesse pelo nosso mercado e atraindo para cá grandes capitais que não de representar progresso paranaense."

Exemplo frisante de trabalho neste sentido acaba de nos dar o cronista Calil Simão com uma interessantíssima promoção em sua muito lida coluna que o "Diário Popular" publica periodicamente. Vejamos em que consiste o trabalho valioso deste cronista. Dez casais do mundo de negócios do Paraná, são convidados por Calil Simão e são recepcionados igualmente por homens de negócios da grande São Paulo. Temos conhecimento de que, desta vez os escolhidos foram os casais de nossa Curitiba: Luiz Cesar Buffara e sua esposa Leila, ele Diretor do Banco Safra;

Germano Vilhena de Andrade, Diretor do Banco Bamerindus, e sua esposa Suelly

Ciro Frare Comandante de Empresas concessionárias de automóveis, e esposa Vânia;

Caio Soares, Diretor da União de Bancos de Curitiba e sua esposa Marilu;

O publicitário Norberto Castilho e esposa Gilka;

O hotelheiro Celso Saboia e sua esposa Vilma;

O empresário Wilson Piccoli e sua esposa Iolanda.

Em São Paulo foram anfitriões o senhor Valentim Diniz e esposa Flóripes. Valentim Diniz é dono de uma cadeia de super-mercados e para esta recepção convidou inúmeros outros homens de atividades as mais diversas, na Paulicéia, que confraternizaram com os paranaenses e, como era natural, aproximaram mais ainda as duas capitais.

Neste nosso comentário, Srs. Deputados, cabe analisar o ponto de vista econômico, deixando-se de lado o acontecimento social, embora este por si só já estaria se mostrando inteiramente válido ao cumprir a finalidade nobre de aproximar dois Estados brasileiros ainda mais.

Interessa-nos aqui, como já disse no início, analisar o aspecto econômico e é aí que não se deve esquecer o rendimento obtido para o Paraná. Agora mesmo, antes do final do ano já se faz anunciar a inauguração de um dos maiores super-mercados do sul do País e que tem localização na nossa metrópole. A Avenida Kennedy, importante artéria de interligação foi o local escolhido para comportar o empreendimento, fruto da visão privilegiada de um Valentim Diniz, que viu a nossa Curitiba como um centro capaz de corresponder à inversão vultosa do capital exigido.

E diga-se de passagem que existe a certeza de que os frutos da aproximação de paulistas e paranaenses não ficarão por aí. Estamos convencidos de que outros empreendimentos de igual envergadura estão por surgir.

Ainda recentemente voltou a São Paulo o jornalista Kalil Simão, na condição de único jornalista convidado pelo banqueiro e homem de empresa, Rodolfo Bonfiglioli, Diretor-Presidente do Grupo Auxiliar que engloba as dez maiores empresas financeiras e industriais do País. O convite honroso era para que participasse da recepção que daria em sua casa, homenageando o Ministro de Economia e Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso. E nessa recepção ofereceu-se valiosa oportunidade para que aquele cronista abordasse com Sua Excelência diversos assuntos que tocam diretamente ao Estado do Paraná, mostrando o Senhor Ministro conhecer bastante bem os problemas que estão a exigir o atendimento presto do Governo Federal.

Não fica, todavia, aí a construtiva atividade de nosso focalizado. Eis que, no próximo mês, Calil Simão já se propôs trazer a Curitiba, um grupo que somará 15 grandes industriais e banqueiros de São Paulo, para um contacto que não há de ser menos promissor".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, segundo orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, o nobre Deputado Arthur de Souza já expressou meu pensamento. Portanto, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, nesta rápida passagem pelo Pequeno Expediente, na tarde de hoje apenas encarecer aos Srs. Deputados, Membros da Comissão de Reforma da Lei do ICM, o comparecimento, na quarta-feira próxima, às 9 horas, na Secretaria da Fazenda, a fim de que possamos realizar os últimos estudos técnicos a respeito da reforma que estamos elaborando.

E quero, nesta oportunidade, salientar o espírito e a sensibilidade que tem o Sr. Secretário Maurício Schulmann em atender os reclamos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, procurando debater com os Srs. Deputados os assuntos mais intrincados, bem como a sua disposição de atender os reclamos da classe empresarial sem ferir os altos interesses do Estado do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. — Necessita de apoio. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e Igo Losso, constante do Expediente. — Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que concede Título de Cidadão Honorário, ao Senhor João Milanez. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-72, de autoria do Dep. Bosari Netto, que inclui no artigo 129, da Lei n.º 6.174 de 16-11-70, o inciso que especifica. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que declara de Utilidade Pública a Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura padronizar uniformes usados nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C. e C.F. com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Em discussão.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Para discutir, Sr. Presidente. Apresentamos no dia 30 de maio um Projeto de Lei que recebeu da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Instrução Pública parecer favorável, e uma Emenda substitutiva da Comissão de Instrução Pública.

O nosso Projeto determina que sejam padronizados os uniformes em todas as escolas da rede estadual de ensino do Paraná, para o filho do rico e do filho do pobre, enfim para todos um uniforme que esteja ao alcance da grande maioria a fim de que possa haver uma padronização. Assim, o uniforme que for usado numa escola do bairro do Portão será idêntico ao da escola do Bacacheri e assim sucessivamente.

A Emenda apresentada pela Comissão de Instrução Pública fixando, apenas, que os uniformes sejam padronizados, atendendo as condições climáticas de cada Região, veio em boa hora. Esta Emenda é importante e mereceu o nosso aplauso porque veio preencher um detalhe fundamental em nosso Projeto de Lei já aprovado em 1.ª discussão. Há no Paraná algumas variações de clima e, naturalmente, seria injusto estabelecer-se que o uniforme fixado para as escolas de Curitiba, fosse o mesmo para as escolas de Londrina, Maringá, Cascavel ou outras cidades do Norte do Paraná onde o clima é muito mais quente. Portanto, gostaríamos de louvar esta Emenda que acrescida ao nosso Projeto de Lei e ressaltar mais aos Nobres Deputados que no momento em que recebemos este Projeto de Lei para ser apreciado por esta Casa foi, naturalmente, para preservar a economia, o orçamento de milhares de pais de família que gastam verdadeiras fortunas, e as vezes, no início do ano letivo não têm posses, não têm dinheiro necessário para comprar sequer o uniforme escolar para seus filhos. Sobre tudo, no interior do Paraná, há escolas que procuram vestir bem os seus escolares. Há escolas que estão fazendo uma variação bastante elevada no tipo de uniformes, isso não aliviou o gasto que o pai enfrenta na educação do seu filho. As cidades no interior do Paraná em que as direções das escolas fixam o tipo de uniforme que só uma determinada loja o vende. É o caso de uma cidade que só três estabelecimentos de ensino contendo milhares de estudantes em cada um deles estas escolas vêm estabelecer um tipo de uniforme que somente uma única loja da cidade possui o tecido para vender. Consequentemente, o preço pago, era bastante caro, onerando violentamente o orçamento de cada trabalhador que deseja enquadrar-se no espírito do Governo de dar ao seu filho a educação tão fundamental para o desenvolvimento do País. Mas no momento em relação a estas variações, é evidente que cada diretora procurava com a maior boa vontade, ver os alunos bem uniformizados, bem uniformizados. Mas isso vinha acarretando despesas, estas despesas, que procuramos com este Projeto de Lei aliviar e diminuir a dor de cabeça tanto para o pai do estudante como para a Diretora e própria professora e para lamentar a sua melhor sorte de ter quem se um ordenado melhor de atender as exigências de cada estabelecimento de ensino.

Portanto, queria manifestar a nossa gratidão aos Srs. Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Instrução Pública pelos pareceres favoráveis a este nosso Projeto de Lei que se aprovou em até 3.ª discussão, irá à sanção do Sr. Governador determinando que daqui por frente os uniformes sejam padronizados, os uniformes sejam do tipo único em todas as escolas do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação, a presença em Plenário dos Alunos do 4.º ano do Grupo Escolar Lar Icléa, acompanhadas das Professoras Judith Cronato, Zuleide Domingues dos Santos, Ivone Silva Pereira e Nice L. Cardoso.

Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 112-73. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 138-73, de autoria do Dep. Quielze da Silva, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 162-73, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n.º 67-73, encaminhando anteprojeto de lei que reconhece como de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 190-73, de autoria do Dep. Antonio F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo alterar a forma de cobrança das Mensalidades em atraso dos Serventuários da Justiça, junto a Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 228-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 84-73 encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDAS EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado o Projeto, artigo por artigo, e as emendas.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 361-68, de autoria do Dep. Roberto Wypych, que classifica a critério da Secretaria de Saúde Pública, nas categorias de 1.a a 4.a classes, os bares, hotéis, churrascarias e restaurantes localizados nos centros de atrações turísticas nas margens de rodovias federais, estaduais e municipais dando outras providências. Pareceres CONTRARIO da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — **Rejeitado.**

Projeto de Lei n.º 361-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam classificados nas categorias de 1.a, 2.a, 3.a ou 4.a classes, — a critério da Secretaria de Saúde Pública, — os bares, hotéis, churrascarias e restaurantes estabelecidos nos centros de atração turística e nas margens das rodovias federais, estaduais ou municipais, localizadas no Estado do Paraná.

§ 1.º — A categoria dos estabelecimentos de que trata este artigo, será terminada pela Secretaria de Saúde Pública, após vistoria procedida, considerando para tanto as condições — sanitárias de saneamento, higiene, móveis, imóveis, asseio, conforto e segurança;

§ 2.º — A Secretaria de Saúde Pública fará fiscalizar, permanentemente, através do Serviço de Saneamento ou Engenharia Sanitária, os estabelecimentos comerciais referidos no parágrafo anterior deste artigo, sendo-lhe facultado após vistoria que processará toda vez que assim o julgar necessário, variar ou rebaixar as respectivas categorias.

Art. 2.º — Os estabelecimentos comerciais a que se refere a presente fixarão, obrigatoriamente, na fachada dos seus prédios, e em tamanho regular, a categoria em que forem classificados pela Secretaria de Saúde Pública.

Art. 3.º — A Secretaria de Saúde Pública providenciará a regulamentação e aplicação da presente lei, dentro do prazo de sessenta (60) dias a contar da data de sua vigência.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convenios ou ordos com o Governo Federal e Prefeituras Municipais, para a aplicação das normas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1968.

Roberto Wypych

JUSTIFICATIVA: — O turista ou viajante que percorre pela primeira vez as nossas rodovias, geralmente de grande extensão, como é o caso da BR-277 — Curitiba-Foz do Iguaçu, com 670 quilômetros, em busca dos pontos de atrações turísticas ou de atividades sócio-econômicas, não raro se vê envolvido por situações embaraçosas ao constatar que o ambiente interno do hotel, bar, churrascaria ou restaurante que procura, muito deixa a desejar e não corresponde à realidade do seu anúncio publicitário e aspecto externo.

Aprovado e sancionado o presente plano de lei, os proprietários desses estabelecimentos comerciais, para que sejam classificados em melhores categorias e tenham a preferência do grande público, — que conhecerá a eficiência dos serviços pela classificação do estabelecimento, — envidarão esforços para apresentar, perante a Secretaria de Saúde Pública e o público em geral, seus estabelecimentos em condições ideais de higiene e conforto, compatíveis com os preços cobrados.

O público por sua vez, frequentará esses estabelecimentos com pleno conhecimento da categoria a que pertencem e em especial o turista deixará de fazer possíveis comentários desairosos à ação das autoridades sanitárias do nosso Estado e ao próprio Governo do Paraná.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 361-68

AUTOR: Deputado Roberto Wypych

PARECER: — Merece louvores a iniciativa do nobre autor do presente projeto de lei que visa classificar bares, hotéis e restaurantes, nas estradas federais, estaduais e municipais e nos centros de atrações turísticas. O presente projeto não fere qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional, pelo qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

ilegível — Presidente

ilegível — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 361-68

O projeto do ilustre deputado Roberto Wypych procura solucionar um problema básico do turismo paranaense ou seja, a organização dos serviços de base em termos capazes de satisfazer as exigências do viajante, nacional ou estrangeiro.

Para tanto, propõe a adoção de uma escala classificatória dos estabelecimentos de serviço ligados diretamente ao fluxo turístico, que partirá da 1.a categoria até atingir a 4.a, na ordem da modéstia ao luxo, da higiene ao desaseio, do conforto ao desconforto, da segurança à insegurança.

Essa classificação, procedida pela Secretaria da Saúde Pública obrigaria o estabelecimento enquadrado a ostentar, em placa afixada em lugar visível e destacado, a classe a que pertence, isto é, se o estabelecimento é de 1.a, de 2.a, de 3.a ou de 4.a classe.

Ressalte-se que o projeto não condena irremediavelmente o ponto de negócio a manter-se numa categoria fixa, porém facultava-lhe a possibilidade de obter condições de promoção, após vistoria. É certo que o rebaixamento seria a consequência negativa da mobilidade vertical ascendente.

Essa a essência do articulado na propositura em exame.

É fácil perceber que o ilustre autor do projeto localizou um dos pontos de estrangulamento do nosso sistema turístico.

Todavia, o tratamento legal parece não corresponder à acuidade do observado, nem servir com fidelidade a generosa intenção.

Classificar estabelecimentos segundo o maior ou menor grau de "higiene", "condições sanitárias de saneamento", "asseio" e "segurança" (expressões do projeto) poderia levar o órgão estatal encarregado da polícia sanitária a confissão formal e material de inoperância. Isto porque esses elementos não podem obedecer outro critério se não o critério único da higiene. Ou há higiene, ou não há. Nesta última hipótese o estabelecimento deve ser punido na forma da lei, que permite a extrema medida de interdição.

De outro lado classificar estabelecimentos pela sofisticação, pelo conforto, pelo requinte das instalações é tarefa que escapa aos limites da competência da Saúde Pública.

Além desse aspecto legal, tal fator de classificação poderia gerar preconceitos, estimulados pela Lei, contra a simplicidade e a modéstia, em benefício do faraônico e do ostentatório.

A discriminação assumiria características de violência institucionalizada se o proprietário de um estabelecimento de condições modestas fosse compelido legalmente a exibir no frontispício a placa indicativa, por exemplo, de uma 4.a categoria. Violência que abranjeria igualmente o usuário de tais serviços.

Quanto muito, os órgãos oficiais encarregados da promoção do turismo no Estado, talvez pudessem indicar em suas agendas e roteiros, mediante critérios técnicos, os estabelecimentos segundo as suas características gerais.

Como se verifica, o projeto não serve aos objetivos perseguidos. E por não estar conforme com o sentimento predominante de justiça, opinamos pela rejeição da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11 de abril de 1973.

(aa) ANTONIO COSTA — Presidente

ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator

(Ass. ilegíveis)

Comissão de Turismo

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 361-68

I) — Talvez a intenção do autor do Projeto fosse a de forçar a melhoria das condições de atendimento e higiene desses estabelecimentos. Todavia, conforme o parecer emitido na Comissão de Constituição e Justiça, tal plano de lei uma vez aprovado, levaria a Secretaria de Saúde Pública a confessar uma falta de controle e fiscalização demonstrando total inoperância.

A discriminação oficializada por lei, atentaria contra o proprietário desses estabelecimentos, os quais, com instalações simples, mas com vontade de dar melhores condições, talvez ficassem privados da frequência de muitos turistas, devido a classificação colocada na fachada de seus prédios.

II) — Diante do exposto o nosso parecer é pela rejeição do Projeto.

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente

Maurício Fruet — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 216-72, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, ex-emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 24 do projeto acima. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. c/SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

EMENDA N. 1

Emenda ao § 2.º do art. 24.

Leia-se:

1. 6%, até 90 dias da data da expiração do prazo normal para pagamento;

2. 10% (dez por cento) a partir do final de prazo referido no item anterior.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

a) DOMICIO SCARAMELLA

a) ilegível

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 216-72

De autoria do ilustre Deputado Domicio Scaramella, o presente Projeto de Lei foi apresentado originariamente em forma de emenda, tanto que guarda ainda a forma e redação originais. Por esta razão e também porque sob o aspecto Constitucional e legal a proposição está em condições de ser aprovada, é que propomos o substitutivo anexo.

Pela aprovação na forma do Substitutivo anexo.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(aa) ANTONIO COSTA — Presidente

(aa) Sebastião Rodrigues

(Ass. ilegíveis)

Comissão de Constituição e Justiça

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 216-72

Art. 1.º — Os itens n.º 1 e 2, do parágrafo 2.º do Artigo 24, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

"1. — 6% (seis por cento), até 90 dias da data da expiração do prazo normal para pagamento.

2. — 10% (dez por cento), a partir do final do prazo referido no item anterior".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(aa) ANTONIO COSTA — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior

Comissão de Finanças
PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 216-72

1 — A presente proposição, de autoria do ilustre Deputado Domício Sca-ramella, visa dar nova redação aos itens n.º 1 e 2, do parágrafo 2.º, do art. 24, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passando a ter a seguinte redação:

“ 1. — 6% (seis por cento), até 90 dias da data da expiração do prazo normal para pagamento.

2 — 10% (dez por cento), a partir do final do prazo referido no item anterior”.

2 — Referida proposição já devidamente apreciada pela douda Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que ora examinamos nesta Comissão, não há qualquer restrição a fazer razão pela qual somos favoravelmente à Aprovação do projeto, na forma do Substitutivo Geral, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973.

(aa) QUIELSE CRISOSTOMO — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 89-73, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo abonar faltas de alunos dos Colégios e Escolas de Nível Superior do Estado, quando disputarem competições esportivas oficiais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 89-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam abonadas as faltas dos alunos dos colégios e escolas de nível superior do Estado, quando estiverem participando de competições esportivas oficiais.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1973.

a) ANTONIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA: — O presente Projeto de Lei visa, sobretudo, incentivar a classe estudantil paranaense com vocação para o esporte. Vem ocorrendo, em diversas escolas, tanto secundárias como superiores, que seus diretores não abonam as faltas dos atletas selecionados para as diferentes competições esportivas. Muitos acabam deixando de mostrar seu talento, preferindo não perder as aulas para não serem prejudicados ao final do ano. Esporte é cultura. O mínimo que se poderá dar ao tão sofrido atleta paranaense, que já participa dos torneios normalmente sem ajuda financeira, é exatamente o abono de suas faltas nas escolas que integram a rede estadual de ensino do Paraná. Caso contrário, a preocupação governamental em incentivar o desporto jamais terá ressonância no nosso Estado, como consequência da incompreensão dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, que estão tendo este comportamento pela falta do presente instrumento legal.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 89-73

O Projeto de Lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Antonio Belinati, pretende abonar as faltas dos alunos dos Colégios e Escolas de nível Superior do Estado, quando estiverem participando de competições esportivas oficiais.

A iniciativa do ilustre colega é das mais oportunas e, do ponto de vista constitucional é legal, está em condições de receber a aprovação da Casa.

É o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1973.

aa) Antonio Costa — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

Ivo Thomazoni

Quielse Crisóstomo da Silva

Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior

Comissão de Instrução Pública

AUTOR: Dep. Antonio Belinati

SUMULA: Abona as faltas dos alunos que participarem de competições esportivas.

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 89-73

1) — O objetivo principal do Projeto é incentivar nossa juventude ao esporte. A prática deste, permite que o cidadão adquira o espírito de competição, preparando-se assim para enfrentar os problemas que surgirão na vida profissional.

2) — Como se trata de medida justa e oportuna, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Rosário Piteli — Relator

Olavo Ferreira

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 144-73, de autoria do Dep. Roberto Soares, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5.11.63. (Pensão viúva suplentes de Deputados). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

Projeto de Lei n.º 144-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º) — O Parágrafo único do Artigo 1.º (Primeiro), da Lei n.º 4.763 de 05.11.63, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: — Não terá direito a este subsídio a viúva do suplente de deputado, salvo se este tiver assumido, por tempo superior a seis meses consecutivos ou doze meses alternados.

Art. 2.º) — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de de 1973.

aa) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA: O Plano de Lei, ora apresentado à apreciação da Casa, visa corrigir verdadeira injustiça inserta na Lei n.º 4.763, de 05.11.63, quando exclui do benefício as viúvas dos Suplentes que hajam assumido, por períodos intercalados, por tempo superior ao fixado na referida Lei. A preocupação do legislador deve, sempre, revelar o propósito de corrigir distorções altamente injustas. No caso, a redação pretendida ao parágrafo declinado tem por escopo estender o direito a recebimento de pensões às viúvas dos senhores suplentes que assumiram e realmente contribuíram para o engrandecimento desta Casa e do próprio Estado. Por representar iniciativa justa e humana, espera o autor mereça o Plano de Lei a aprovação deste Poder e sanção governamental.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI N.º 144-73

PARECER

I — O nobre Deputado Luiz Roberto Soares é o autor do Projeto de Lei n.º 144-73, ora submetido à apreciação desta Comissão e que visa a dar nova redação ao parágrafo único, do Art. 1.º, da Lei n.º 4.763, de 05 de novembro de 1963, que trata da concessão de pensão mensal às viúvas de ex-Deputado Estadual.

II — A nova redação proposta para o parágrafo torna menos rígida as condições para que as viúvas de suplentes de Deputado que hajam efetivamente exercido o mandato na Assembléia Legislativa, possam ser contempladas com o benefício.

Por isso, no mérito, somos totalmente favoráveis à proposição.

III — Apenas, desejamos introduzir, sob a forma de Substitutivo, uma correção de ordem técnica no Projeto em exame.

É que, até aqui, na concessão de pensões às viúvas de ex-Deputado Estadual, vinha sendo dada aplicação à Lei n.º 4.763, de 05 de novembro de 1963, quando o certo é que se acha em vigor a Lei n.º 54-63, de 22 de novembro de 1963, promulgada pelo Presidente da Assembléia Legislativa e abrangendo não só toda a matéria contida na Lei anterior, mas, ainda, estendendo a concessão de pensões de igual quantum às viúvas de ex-Presidentes, Interventores e Governadores do Paraná.

Assim, parece-nos que a nova redação deve ser dada ao parágrafo único do Art. 1.º da Lei n.º 54-63 e não ao da Lei anterior, que foi, evidentemente, revogada pela posterior.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973

(aa) Antônio Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI N.º 144-73

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1.º — O parágrafo único do Artigo 1.º da Lei n.º 54-63, de 22 de novembro de 1963, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único — Não terá direito ao benefício de que trata este Artigo a viúva de Suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido o exercício do mandato por tempo igual ou superior a seis (06) meses consecutivos ou doze (12) meses alternados”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973

(aa) Antônio Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

LEI N.º 54-63

(Publicada no Diário Oficial n.º 226, de 6-12-1963)

DATA: 22 de novembro de 1963

SÚMULA: Concede à viúva de ex-Deputado Estadual pensão mensal correspondente a 1/3 (hum terço) da parte fixa dos respectivos subsídios. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 27, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida à viúva de ex-Deputado Estadual, pensão mensal correspondente a 1/3 (hum terço) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Parágrafo Único — Não terá direito a esse benefício, a viúva de suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido em razão de extinção ou perda do mandato de titular.

Art. 2.º — O benefício de que trata o art. 1.º desta Lei, é extensivo às viúvas de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná.

Art. 3.º — São elevadas para o valor fixado nesta Lei, desde que de quantum inferior, as pensões já concedidas por lei às viúvas referidas no art. 1.º.

Art. 4.º — Por falecimento da beneficiária, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes e das filhas solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecer neste estado.

Parágrafo único — Cessarão os benefícios desta Lei à viúva que adquirir novo estado civil.

Art. 5.º — A despesa com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria da Secretaria da Fazenda, destinada a pensionistas do Estado.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1963.

(a) AGOSTINHO RODRIGUES — Presidente

LEI N.º 4763

DATA: 5 de novembro de 1963

SÚMULA: Dispõe sobre concessão de pensão mensal à viúva de Deputado Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É concedida à viúva de Deputado Estadual pensão mensal de valor correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Parágrafo Único — Não terá direito a esse subsídio a viúva do Suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido, em razão de extinção ou perda de mandato do titular, por tempo superior a seis (06) meses consecutivos.

Art. 2.º — São elevadas para o valor fixado nesta Lei desde que o quantum inferior, as pensões já concedidas por Lei às viúvas referidas no Art. 1.º.

Art. 3.º — As pensões mensais concedidas às viúvas de Deputados Estaduais ficam mantidas em seus atuais valores desde que de quantum superior ao fixado pela presente Lei.

Art. 4.º — Por falecimento da beneficiária, ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes e das filhas solteiras sem rendimento próprio enquanto permanecerem neste estado.

Art. 5.º — A despesa com a execução da presente Lei correrá à conta da verba própria da Secretaria da Fazenda.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 5 de novembro de 1963.

(aa) NEY BRAGA

Algacyr Guimarães

(Publicada no Diário Oficial n.º 202, de 7-11-1963).

P A R E C E R COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 144-73, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, "que dá nova redação ao Parágrafo Único, do Artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1963.

2. Pronunciando-se pela constitucionalidade e legalidade da matéria a douta Comissão de Constituição e Justiça entendeu oferecer EMENDA GERAL SUBSTITUTIVA, porquanto verificou estar em vigor diploma legal diverso do qual cuja redação é proposta a modificação do Parágrafo Único, do Artigo 1.º, como se vê às fls., na cópia de inteiro teor da Lei n.º 54-63, de 22-11-63, dos Autos.

3. Isto pôsto e tendo-se em vista o real sentido social do Projeto de Lei em análise e mais, que as implicações de ordem financeira se aprovado, serão as naturais decorrentes de tal tipo de proposição não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei já referido, nos termos da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL apresentada.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 19-09-73

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegível)

O SR. REQUERIMENTO — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Moraci Carlos Farah. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido da concessão do 13.º salário para o funcionalismo estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas providências para que sejam incorporados aos proventos da inatividade do Pessoal do Departamento de Rendas Internas, as cotas e demais vantagens atribuídas a título de prêmio de produtividade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., visando a instalação de uma Agência do referido estabelecimento na cidade de Joaquim Távora. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Em explicação pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em explicação pessoal e em nome da Bancada do MDB nesta Casa e da Comissão Executiva do Diretório Regional do Partido, passo a ler a seguinte nota oficial: (Lê)

"A Comissão Executiva do Diretório Regional do M.D.B. e a Bancada dos Deputados estaduais do Partido, tendo em vista a escolha de Delegados ao Colégio Eleitoral, a ser procedida em sessão extraordinária de Assembléia Legislativa, na segunda quinzena do mês de novembro do corrente ano, e considerando:

1.º) que a matéria está disciplinada pela Lei Complementar n.º 15 de 13 de agosto de 1973 e Resolução n.º 9.483 do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, que baixou as instruções relativas à aplicação da referida Lei;

2.º) que, segundo disposto no parágrafo 2.º do artigo 1.º e artigos 6.º e 7.º, todos da citada Resolução n.º 9.483, as minorias são excluídas e marginalizadas do processo de escolha de Delegados, estando impedidas de ocupar sequer as vagas proporcionais que lhe são ressalvadas pela Constituição, e isso mesmo que o quisesse a vontade dos Deputados integrantes da Maioria;

3.º) que, conclusivamente, as minorias não participarão do Colégio Eleitoral que se reunirá em Brasília, para eleição do futuro Presidente da República, por força do que estabelece a lei anti-democrática que se denomina Lei Complementar n.º 15;

4.º) que, destarte, em que pese ter o MDB do Paraná contribuído com seu alento idealístico em favor do lançamento da candidatura Ulisses Guimarães à Presidência da República, quanto ao ato da escolha dos Delegados paranaenses ao Colégio Eleitoral, a Oposição nega-lhe participação.

Em consequência, o Movimento Democrático Brasileiro do Paraná formula seu veemente protesto, objurgando a lei anti-democrática e espúria, que afrontosamente excluiu de um processo que se afirma democrático a presença das minorias, e em que a ignorância tripudia sobre as mais caras tradições da cultura jurídica Pátria".

Assinam os Deputados da Bancada do MDB desta Assembléia Legislativa. Muito obrigado. — (Sem revisão de caráter).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 5, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 194-72 — 8-73 — 112-72 — 138-73 — 162-73 — 190-73 e 228-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 216-72 — 89-73 e 144-73.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 29.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob

a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 177-71 — de autoria do Deputado Sebastião Rodrigues, que acresce do parágrafo que especifica, ao artigo 84, da Lei n.º 5.871, de 6-11-68. PROJETO DE LEI N.º 218-72 — de autoria do Deputado Muggiati Filho, que ex-emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, adita e suprime redação que especifica, ao número 16, do artigo 56, do Projeto acima referido. PROJETO DE LEI N.º 58-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 36-73, encaminhando anteprojeto de lei visando dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I. PROJETO DE LEI N.º 126-73 — de autoria do Deputado Cândido M. M. de Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto — APPROCLE. PROJETO DE LEI N.º 160-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 65-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva a abertura de crédito especial no valor de 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), à Secretaria de Saúde Pública, para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário — FUNRESAN. PROJETO DE LEI N.º 166-73 — de autoria do Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraquara, 1 (um) trator marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A série 1593, e 1 (um) trator marca JOHN DEERE, 730-S, série 7325948, pertencentes a Secretaria da Agricultura. PROJETO DE LEI N.º 168-73 — de autoria do Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quitandinha, 1 (um) trator de esteira marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A, série 1595, pertencente a Secretaria da Agricultura. PROJETO DE LEI N.º 182-73 — de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a transferir à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, para nele construir uma unidade escolar. PROJETO DE LEI N.º 198-73 — de autoria do Deputado Xenofonté Villanueva, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro na cidade de Cambé. PROJETO DE LEI N.º 199-73 — de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Doutor Luiz Guerra Rego. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente

a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 177-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. O artigo 84, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, fica acrescido do seguinte parágrafo, que será o 2.º, passando o seu parágrafo único a ser o 1.º:

"§ 2.º. Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao professor que a requerer, conceder-se-á licença especial de 3 (três) meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo".

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 218-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. O número 16, do artigo 56, da Lei n.º 2.364, de 29 de dezembro de 1972, (Lei Orgânica do I.C.M.), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 56.

16. O rito de hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário, serão fixados por Lei".

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 58-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Os bens imóveis constantes do levantamento do patrimônio líquido da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I., efetuado pela Comissão designada pelo Decreto n.º 2.653, de 13 de outubro de 1972, revertam ao Estado do Paraná.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo, através da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., autorizado a alienar os imóveis de que trata este artigo.

Art. 2.º. Os bens imóveis, semoventes, instalações, equipamentos e utensílios, participações, créditos de devedores diversos e depósitos bancários, constantes do levantamento efetuado pela Comissão designada pelo Decreto n.º 2.653, de 13 de outubro de 1972, ficam transferidos à Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 126-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR CLETO — APPROCLE, com sede nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 160-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros) para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado pela Lei n.º 6.361, de 21 de dezembro de 1972, de acordo com a seguinte discriminação:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SAÚDE PÚBLICA
UNIDADE: GABINETE DO SECRETÁRIO
PROGRAMA: SAÚDE E SANEAMENTO
SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO
PROJETO: CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS ROTATIVOS
DOTAÇÃO: 3201.1501.1003

- 4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL
4.2.0.0 — INVERSOES FINANCEIRAS
4.2.4.0 — Constituição de Fundos Rotativos Cr\$ 820.000,00

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância constante da Lei n.º 6.357, de 07 de dezembro de 1972 — Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1973.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 166-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Piraquara, 1 (um) trator de marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A, série 1593, trator de esteira e 1 (um) trator de marca JOHN DEERE, 730-S, série 7325948, trator de roda com arado, pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 168-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Quintandinha, 1 (um) trator de marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A, série 1593, trator de esteira, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 182-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, medindo 120 metros para a rua Fortaleza, 120 metros para a rua Vitória, 80 metros para a rua Alagoas e 80 metros para a rua Mato Grosso, transcrito sob o n.º 7.452, de 17 de novembro de 1967, na Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, com a finalidade de nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações de ensino.

Art. 2.º. Da escritura de doação deverá constar disposição que obrigue a donatária a utilizar o imóvel, referido no artigo anterior, exclusivamente para os fins ali estabelecidos sob a pena da Lei.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 198-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, com sede e foro em Cambé.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 199-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Doutor José Luiz Guerra Rego.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

IRIS CALDART — BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 14,30 (quatorze e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quilise C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Antonio Lopes Júnior, Alvaro Dias e Aginaldo Pereira Lima. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 162-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 67-73, encaminhando anteprojeto de lei que reconhece de utilidade pública, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 173-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública, o Instituto Santa Maria, fundado na cidade de Londrina. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 185-73 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo, conceder incentivos às indústrias que vierem a se instalar no Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Maurício Fruet, digo, relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 192-73 — de autoria do Senhor Deputado Iris Caldart, que declara de utilidade pública a Tenda Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 195-73 — de autoria do Senhor Deputado Domicílio Scaramella, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na cidade de União da Vitória. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 196-73 — de autoria do Senhor Deputado Iris Caldart, que declara de utilidade pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistencial "ACESA", com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. Foi o seguinte o parecer do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior: "O presente projeto não depende de parecer desta Comissão de Finanças. Oportunamente voltarei ao assunto. Voto favorável, para não obstar o projeto. PROJETO DE LEI N.º 204-73 — de autoria do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo criar na "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras" da cidade de Araçongas, um curso de jornalismo. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 205-73 — de autoria do Senhor Deputado Iris Caldart, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede e foro na cidade de Cascavel. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 206-73 — de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública o Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo, com sede na cidade de Londrina. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 223-73 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública a Associação Evangélica para Desenvolvimento Missionário, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 224-73 — de autoria do Senhor Deputado Aginaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar "Castro Alves", do Distrito de Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 228-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 84-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar no Serviço Público Estadual, a Categoria de Pessoal Suplementar e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 219-73 — Aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itauna do Sul, Januária, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícias locais. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 225-73 — Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73/74. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, a qual para constar, eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quilise C. da Silva — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária